Anúncio n.º 2662/2010**Processo n.º 1980/08.3TB AVR — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)****Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

Na Comarca do Baixo Vouga, Aveiro — Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 02-03-2010, às 15h40, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

W 3 Computadores, L.^{da}, NIF 503903701, Endereço: Rua Almirante Cândido dos Reis, N.º 126-GHI, 3800-097 Aveiro, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.ª Maria do Céu Carrinho, Endereço: R Seabra de Castro, Ed. São Gabriel Center — 2.º S, 3750-238 Anadia

É administrador do devedor:

Fernando Jorge de Oliveira Pinheiro, estado civil: Casado, nascido(a) em 18-05-1965, nacional de Portugal, NIF 145593738, BI 7003267, Endereço: Rua Almirante Cândido dos Reis N.º 126, 1.º, Fracção 1, 3800-097 Aveiro a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Para constar se lavrou o presente edital e outro de igual teor, os quais serão afixados um, em local próprio no átrio desta Secretaria e outro à porta da sede da Insolvente.

4 de Março de 2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Florbela Soeima*.

302991917

Anúncio n.º 2663/2010**Processo: 1079/09.5T2AVR****Insolvência pessoa singular (Requerida)****N/Referência: 7092814**

Data: 10-03-2010

Na Comarca do Baixo Vouga, Aveiro — Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 09-03-2010, às 14h42, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Carlos Manuel Pereira Gonçalves Coito, estado civil: Casado (regime: Casado), NIF — 194575225, Endereço: Lg Conselheiro Sousa e Mello 3-A, 3850-135 Albergaria-a-Velha

Maria Margarida Jesus Coito, estado civil: Casado (regime: Casado), nascido(a) em 08-03-1955, freguesia de Nossa Senhora do Pópulo [Caldas da Rainha], nacional de Portugal, NIF — 153139315, BI — 6686390, Endereço: Largo Conselheiro Sousa e Mello N.º 3-A, 3850-135 Albergaria-a-Velha, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr(a). Inácio Peres,

Endereço: Rua Padre Américo — Edifício Marialva, 1.º J, 3780-236 Anadia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 05-05-2010, pelas 15:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 10-03-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Iolanda Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Florbela Soeima*.

303013915

Anúncio n.º 2664/2010**Insolvência Pessoa Colectiva (Requerida) Processo n.º 24/09.2TBALB — Referência: 7103742**

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Viga Composta — Construções, Unipessoal, L.^{da}, NIPC — 506.622.800, sede: Rua Dr. Quina Ferreira — Sobreiro — 3850.273 Albergaria-a-Velha, e Administrador da Insolvência: Nuno Miguel Nascimento Lemos, endereço: Rua Dr. Guilherme Souto, 82, 3860-369 Estarreja.

Ficam notificados todos os Interessados, de que, por Decisão de 10-03-2010, o processo supra identificado, foi encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da Massa Insolvente para a satisfação das custas do processo e restantes dívidas. Efeitos do encerramento: o Incidente de Qualificação da Insolvência prossegue os seus termos como incidente limitado. Aveiro.

11-03-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Duarte*.

303019083